

# A formação do exército irregular dos maragatos na Revolução Federalista de 1893

Cláudio Júnior Damin<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo tem como tema a Revolução Federalista de 1893 e aborda a formação e dissolução do Exército Libertador, também chamado de Exército Revolucionário Rio-Grandense, o dispositivo militar irregular criado pelos maragatos na fase inicial do conflito. O objetivo é examinar a constituição desta força, destacando suas características fundamentais. Busca-se também analisar os fatores que levaram ao insucesso do dispositivo, o que precipitou a sua desmobilização com a retirada de seus comandantes e soldados do território gaúcho. O foco de análise se dá na primeira fase da Revolução, que compreende os meses de fevereiro a início de junho de 1893. A investigação é orientada a partir da metodologia qualitativa e técnica de análise bibliográfica e documental. O artigo mostra que a formação do Exército Libertador foi conduzida por líderes revolucionários da fronteira com Uruguai e Argentina com capacidade para mobilizar agregados e peões para compor suas tropas. E que apesar da tentativa de conferir características de um exército regular, como hierarquia e disciplina, o dispositivo se desfez em maio de 1893 devido a problemas logísticos, como falta de armamentos e suprimentos para enfrentar o rigoroso inverno gaúcho.

**Palavras-chave:** Revolução Federalista de 1893; Exército Revolucionário; Dispositivo militar irregular; Problemas logísticos

## The formation of the irregular army of the maragatos in the Federalist Revolution of 1893

**Abstract:** The article focuses on the Federalist Revolution of 1893 and discusses the formation and dissolution of the Rio-Grandense Revolutionary Army, an irregular military force created by the maragatos in the initial phase of the conflict. Its objective is to examine the constitution of this force, highlighting its fundamental characteristics, and to analyze the factors that led to its failure, resulting in the withdrawal of its commanders and soldiers from the territory of Rio Grande do Sul. The analysis focuses on the first phase of the Revolution, from February to early June 1893. The investigation follows a qualitative methodology with bibliographic and documentary analysis techniques. The article shows that the formation of the Revolutionary Army was led by revolutionary leaders from the border regions with Uruguay and Argentina, who were capable of mobilizing workers and peões to compose their troops. Despite efforts to establish characteristics of a regular army, such as hierarchy and discipline, the force disbanded in May 1893 due to logistical problems, including a lack of weapons and supplies to withstand the harsh winter of Rio Grande do Sul.

**Keywords:** Federalist Revolution of 1893; Revolutionary Army; Irregular military force; Logistical problems

---

<sup>1</sup>Doutor em Ciência Política (UFRGS), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. Email: claudiodamin@unipampa.edu.br

## Introdução

De fevereiro de 1893 a agosto de 1895 a Revolução Federalista, o conflito entre federalistas (maragatos) e republicanos (pica-paus), em suas distintas fases, conflagrou os três estados da região Sul do Brasil. Inicialmente o conflito eclodiu no Rio Grande do Sul, mais particularmente na região da fronteira com a República Oriental do Uruguai e Argentina. Também chamada de guerra civil de 1893, e conhecida pela prática disseminada da degola de adversários e inimigos, trata-se de um episódio contextualizado no início do regime republicano brasileiro assinalado por instabilidade política, polarização partidária e violenta competição de grupos pela conquista ou manutenção do poder (FRANCO, 2013; FLORES; FLORES, 2016). Os revolucionários, em particular, contestavam a permanência de Júlio de Castilhos no comando do Rio Grande do Sul, e de Floriano Peixoto na presidência da República.

Tendo como tema a Revolução Federalista, o artigo aborda a formação e dissolução do Exército Libertador, também chamado de Exército Revolucionário Rio-Grandense, o dispositivo militar irregular criado pelos maragatos do Rio Grande do Sul na fase inicial do conflito. O objetivo principal é examinar a constituição desta força, destacando suas características fundamentais. Busca-se, além disso, analisar os fatores que levaram ao insucesso do dispositivo, o que precipitou a sua desmobilização com a retirada de seus comandantes e soldados do território gaúcho. O foco de análise se dá na primeira fase da Revolução, que compreende os meses de fevereiro a início de junho de 1893.

Para cumprir os objetivos definidos, a investigação é orientada a partir da metodologia qualitativa e técnica de análise bibliográfica e documental. São utilizados como fontes de pesquisa registros de jornais do primeiro semestre de 1893, especialmente o impresso republicano *A Federação*, diários de civis e militares envolvidos no conflito, trabalhos de memorialistas legalistas e revolucionários, correspondências trocadas entre os comandantes do Exército Libertador e publicações historiográficas sobre a guerra.

Além desta Introdução, o artigo está estruturado em quatro partes básicas. A primeira apresenta rapidamente a natureza militar da Revolução Federalista enquanto um conflito de tipo irregular, uma guerra de guerrilha, com assimetria da distribuição das capacidades entre os beligerantes. A segunda analisa o processo de formação do Exército Revolucionário, focando na dinâmica de sua estruturação, composição e no perfil de seus comandantes, seguida pela terceira parte que apresenta os fatores, particularmente os logísticos, que levaram à dissolução da força irregular dos maragatos no final de maio/início de junho de 1893. Por fim, são apresentadas rápidas considerações sobre as conclusões da investigação realizada.

## Uma guerra irregular

Em termos militares, o conflito de 1893 pode ser classificado como um de tipo irregular e não convencional, constituindo-se em uma insurgência civil-militar que buscava substituir a ordem existente mediante o emprego de violência e contestação às instituições estabelecidas. Na acepção dada por Galula (2006), a insurgência é um tipo de guerra civil e mostra-se sempre assimétrica entre insurgentes (via de regra, menos poderosos) e contrainsurgentes (ligados ao *status quo* e dotados de mais recursos de poder).

Os maragatos insurgiam-se contra duas ditaduras: a de Júlio de Castilhos, presidente do Rio Grande do Sul, e a do marechal Floriano Peixoto, presidente do Brasil. E por esse motivo o Exército Revolucionário, simbolizado na figura de Gumercindo Saraiva, era percebido como uma ameaça existencial à República, tal qual desenhada a partir do golpe que exilou a família imperial em novembro de 1889. Isso significava, em termos práticos, que todo o poder do estado seria utilizado para combater os revolucionários.

Os legalistas detinham o controle do estado e dos municípios, incluindo suas forças coercitivas, além do apoio do governo federal, comandado por Floriano Peixoto, que também era alvo dos revolucionários. O acesso a qualquer emprego público requeria o alinhamento ao partido oficial (RODRIGUEZ, 2000). Na prática, as intendências (prefeituras), coletorias de impostos, comarcas formadas por juizes e promotores, delegacias de polícia e cartórios, com atuação nos municípios, estavam, indiferentemente da região, nas mãos de aliados de Júlio de Castilhos (FRANCO, 2013).

O presidente do estado, Júlio de Castilhos, era o comandante-em-chefe da Brigada Militar, instituição regular criada pouco antes do início da guerra e que foi utilizada como o braço armado do positivismo gaúcho contra os insurgentes federalistas (SIMÕES, 2002). Com contingente insuficiente, agregaram-se à “defesa da República”, como era o mantra dos castilhistas, corpos da Guarda Nacional (força civil) de todas as comarcas, além de contingentes do Exército Nacional estacionados no Rio Grande do Sul e em outros estados, estes deslocados para defender a permanência de Floriano no poder. O próprio ministro da Guerra, general Francisco Antonio de Moura, veio do Rio de Janeiro e estabeleceu seu quartel-general em Porto Alegre para comandar as operações.

Essa desigualdade de recursos de poder, com concentração nas mãos dos legalistas e defensores dos governos estabelecidos, foi sempre sentida por Ângelo Dourado, o principal cronista maragato. Em seu diário, ainda em 1893, assim desabafava: “hoje o trem de ferro vomita soldados por todos os pontos” (DOURADO, 2020, p. 58). Ele trata aqui de uma questão em particular, o da mobilidade das forças em beligerância. Enquanto os federalistas, em território gaúcho, tinham que realizar suas marchas a pé ou no lombo de animais, aos republicanos eram franqueadas as linhas da viação férrea, o mais moderno meio de transporte da época, assim como as embarcações da rede fluvial que, conjugadas, proporcionavam uma vantagem logística para as tropas do governo. Toda a estrutura estatal e governamental era utilizada na perseguição ao Exército Revolucionário.

A leitura e análise das obras de cronistas e memorialistas do conflito, sejam republicanos (PILAR, 2021; COUTINHO, 2011; LIMA, 2014; BORMANN, 1906) ou federalistas (DOURADO, 2020; GRABOWSKI, 1971; PRESTES GUIMARÃES, 1987), permite concluir que a guerra se desenvolvia a partir de contínua marcha das colunas dos combatentes, como se um lado estivesse à caça do outro. Era, pois, uma guerra de movimento, sem base fixa, com acampamentos provisórios feitos dentro das matas, o que ajuda a explicar a prática da degola como forma de não fazer prisioneiros de guerra, já que não havia quartéis disponíveis (DAMIN, 2023).

## A formação de um exército irregular

Do ponto de vista das operações militares, o marco inicial da Revolução Federalista é a invasão do Rio Grande do Sul, por forças revolucionárias, no início de fevereiro de 1893. Classificada como invasão pelos dois lados do conflito, essa penetração no território foi realizada a partir da linha da fronteira com o Uruguai, região onde estavam emigradas e concentradas as lideranças federalistas francamente opositoras ao regime de Júlio de Castilhos.

Naquele final do século XIX, conforme Chasteen (2003, p. 63), “as terras contíguas do Uruguai e do Rio Grande do Sul não evidenciavam a mínima descontinuidade social ou econômica”, de tal sorte que “as famílias do lado brasileiro da fronteira se tornaram os principais clãs de estancieiros também no lado uruguaio” (IDEM, p. 68). Esta parte do estado também era a de povoamento mais antigo do Rio Grande do Sul e propiciou o desenvolvimento daquilo que Félix (1996, p. 60) definiu como “ciclo pastoril-militar”. Nele historicamente os estancieiros criadores de gado “realizavam tarefas de defesa de fronteira”, “preenchiam os quadros administrativos” e estruturavam “laços de solidariedade entre senhores de terra e gado do Rio Grande e o Estado” (PESAVENTO, 1986, p. 15). Neste espaço geográfico, que compreendia também a Fronteira Oeste limítrofe à Argentina, se forjou uma “sociedade da fronteira altamente militarizada”, na expressão de Chasteen (2003, p. 63), e que sempre esteve à frente dos conflitos com os países do Prata que ali repercutiam. Será precisamente a mobilização das lideranças dessa região que irá conferir o impulso inicial aos revolucionários de 1893.

Diante da movimentação das lideranças federalistas na fronteira, ansiosas por adentrar em território rio-grandense para combater a ditadura republicana, o general João Nunes da Silva Tavares, 75 anos de idade, conhecido por Joca Tavares, fixa o dia 05 de fevereiro como a data para a invasão (ESCOBAR, 1988). Os registros dos diários e correspondências do general Joca Tavares e de seu irmão Francisco da Silva Tavares são fartos em evidências de que as forças revolucionárias se organizaram a partir do exterior, porém não eram propriamente um exército estrangeiro (TAVARES; TAVARES, 2004; TAVARES, 2004).

O coronel Gumercindo Saraiva, a 05 de fevereiro, invade o território gaúcho por Aceguá acompanhado de “400 e poucos homens mal armados” (TAVARES; TAVARES, 2004, p. 16) e por ordem do general Joca Tavares foi nomeado “comandante em chefe das forças estacionadas no Rio Grande até a entrada definitiva do exército invasor” (TAVARES, 2004, p. 96). Após ele, há uma profusão de “outros chefes que invadiram por diversos pontos da fronteira” (IDEM, p. 16), tais como os coronéis David Martins e Prestes Guimarães que entram por Quaraí e Rafael Cabeda pela Coxilha Negra (Santana do Livramento), além de Jaques Simioni, que invade a partir de Garruchos, na fronteira com a Argentina (AF, 01-11-1895). Joca Tavares, por sua vez, no dia 15, atravessa na Carpintaria, em Bagé, com um contingente de 600 homens. Na semana seguinte mais lideranças revolucionárias penetram em solo gaúcho com suas forças atingindo-se um total superior a 3.000 homens (FLORES; FLORES, 2016).

Em um exército regular as referências às partes que o compõe são, em geral, impessoais, referidas pelos números dos batalhões de infantaria ou regimentos de cavalaria. No caso das forças federalistas, elas são primeiramente identificadas pelos nomes de seus chefes, a quem estavam

subordinados seus componentes, aparecendo nos registros a “gente de Gumercindo” (A FEDERAÇÃO, 16-02-1893), “gente de Boaventura Soares” (A FEDERAÇÃO, 23-03-1893), “gente de Aparício Saraiva” (A FEDERAÇÃO, 23-05-1893) e “gente de Cesário Saraiva” (A FEDERAÇÃO, 23-05-1893). A relação aqui é vertical, estabelecendo-se laços de tipo pessoal e de dependência do comandante da força em relação aos homens que a compõe. Essa capacidade de mobilização de homens para a invasão diferia de liderança para liderança, surgindo então grupos de tamanho variado, a depender do poder de influência, arregimentação e recrutamento do revolucionário.

Por exemplo, em uma carta escrita a 17 de fevereiro, Torquato Severo, liderança maragata de Dom Pedrito, informava que “a 14 comecei a reunir gente”, estando já com “250 homens, 300 cavalos”. Além disso, dizia seguir para Taquarém “chamando a gente do município de Lavras, a quem puder reunir” (SEVERO, 1893, s/p). Esses homens reunidos, no entanto, em geral não possuíam armas de fogo, lanças ou espadas, e sequer fardamento.

Algumas poucas semanas antes da invasão, no final de 1892, um enviado do jornal uruguaio *La Tribuna Popular* à propriedade de Gumercindo comunicava que “Saraiva sempre tem em sua estância de 800 a 1.000 criollos prontos para formar ao primeiro aviso” (FONSECA, 1957). Um dos primeiros biógrafos de Gumercindo, Manuel Fonseca (1957) reconhece o exagero desses números, ao mesmo tempo em que destaca a existência de um contingente menor de homens à espera das ordens de Gumercindo para ir à guerra. Sua tropa será, conforme as fontes, de algo entre 300 e 400 homens, e terá ao menos três origens, conforme Fonseca (1957).

Uma primeira origem era dos emigrados federalistas no Uruguai, onde Gumercindo também estava para fugir às perseguições dos castilhistas contra sua pessoa e família. Uma segunda era de indivíduos atraídos pela promessa de aventuras no lado gaúcho do território, oportunistas dispostos a lucrar com o saque a propriedades e cidades. E a terceira fonte de homens eram os militantes do Partido Blanco, possuindo Saraiva uma proximidade histórica com seus caudilhos, participando inclusive de campanhas militares irregulares anteriores. Fonseca (1957) informa que um desses caudilhos blancos próximos era Cicerón Marín, do Departamento de San José, e a quem Gumercindo teria solicitado ajuda para a iminente invasão ao Rio Grande do Sul. Marín acede ao pedido e envia para a fronteira o coronel Pampillón, que “cede parte de seus adeptos, os famosos “maragatos”” e com “comprovada atuação nas jornadas revolucionárias do partido” (FONSECA, 1957, p. 265, tradução nossa). Este é propriamente o elemento estrangeiro denunciado pelos castilhistas e encontrado entre os invasores. Rocha (2016), sobre a origem dos maragatos, complementa que eram descendentes de imigrantes da região denominada *La Maragateria*, na Espanha, e que se estabeleceram, na colonização da América, no território do Departamento uruguaio de San Jose. Ferreira Filho (1974, p. 22), por sua vez, destaca que em razão de Gumercindo ter trazido consigo os maragatos do país oriental, e em particular “pelo prestígio do chefe”, o rótulo de maragato, pejorativo para os legalistas, “se estendeu a todos os rebeldes da Revolução Federalista e até, posteriormente, a qualquer adversário da situação castilhista do Rio Grande”

No *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, o tenente-coronel republicano Joaquim de Sales Torres Homem escreveu que o “exército dos federalistas” era “composto em sua quase totalidade de forças irregulares de cavalaria, sem o necessário armamento” (JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 21-05-1893). Nessa mesma direção, *O Estado*, do Desterro, periódico favorável aos revolucionários,



refere-se a “forças irregulares ao mando de vários caudilhos” (O ESTADO (SC), 9-02-1893, edição 77A). Já Pedro Moacyr, deputado estadual, diretor de redação e editorialista do jornal A Federação, reconhecia os revolucionários igualmente como constituídos por numerosas “tropas irregulares”, porém salientando suas características pejorativas, em oposição a um exército permanente: “marcham em desordem completa, atacam com alaridos e confusões indizíveis e disparam à primeira resistência enérgica” (A FEDERAÇÃO, 09-03-1893).

O capitão de fragata Augusto de Castilho, comandante da corveta portuguesa Mindelo, ao examinar as forças em beligerância durante a Revolução, assim caracterizava as tropas federalistas:

As forças irregulares de Gumercindo Saraiva são compostas de verdadeiros gaúchos, como os dos pampas do sul, os quais, muito semelhantes aos boers do Transvaal, são hábeis cavaleiros, excelentes atiradores, costumados aos rigores daqueles climas temperados, conhecedores do terreno que pisam, e prontos a defender com as armas a invasão das ideias da gente do norte e ao mando dos seus chefes prestigiosos e ilustres. (O PAIZ (RJ), 18-02-1895)

Calculava-se em dez mil o total de gaúchos emigrados na fronteira uruguaia e argentina, incluindo-se não apenas os grandes proprietários e sua parentela, mas também seus peões, assalariados ou não, e agregados. Esses homens campeiros, talhados na faca, na lança e na pólvora, sempre subordinados um a estancieiro, é que formarão os contingentes que invadirão o Rio Grande do Sul. Mesclavam-se, além disso, as nacionalidades, já que as redes de dependência envolviam os territórios de Brasil e Uruguai, indistintamente. No Uruguai, em particular, lideranças revolucionárias como Gumercindo Saraiva perfilavam-se ao Partido Blanco, agregando em torno de si muitos soldados caracterizados pelos republicanos como “orientais”, ou seja, estrangeiros. A Federação, por exemplo, denunciava que o espanhol era “a *língua oficial* dos invasores” (A FEDERAÇÃO, 07-03-1893).

É a partir destes grupos de tamanho variado, vindos da fronteira e comandados por lideranças federalistas, que tomará forma o “Exército Libertador”, também chamado pelos federalistas de “Exército Revolucionário Rio-Grandense” (TAVARES; TAVARES, 2004). Escobar (1988) dimensiona seu tamanho, após todas as incorporações dos invasores até o dia 22 de fevereiro de 1893, em 5.000 homens. Restava presente o trabalho de conferir algum grau de formalidade a essa organização que se buscava criar, processo iniciado em 17 de fevereiro com a primeira Ordem do Dia emitida no Quartel General do Exército Libertador, documento assinado por Joca Tavares (TAVARES; TAVARES, 2004). Era um ancião quase octogenário, porém ainda extremamente ativo e influente na sociedade gaúcha que, na caracterização dada por Andrade (2021, p. 27), dedicou-se em sua longa vida à “pecuária, à política e, também, à guerra”.

Naquele contexto de insurgência, Joca Tavares exercia uma liderança natural para ser o comandante-em-chefe da campanha militar dos maragatos. Tratava-se de um dos fundadores do Partido Federalista (1892), líder de um clã familiar com base territorial em Bagé e no departamento uruguaio de Cerro Largo, dotado de capacidade econômica para financiar a guerra e mobilizar homens para a Revolução (ANDRADE, 2017). Só ele conseguirá arregimentar 600 homens na invasão de fevereiro de 1893. Era, ainda, considerado como um herói de guerra particularmente por sua participação no conflito do Paraguai (1864-1870), o que lhe rendeu a patente de Brigadeiro Honorário do Exército

Imperial (BISCHOFF, 2004). Dentre os federalistas que participaram da invasão, era o militar de maior patente, um general, com treinamento militar e por muitos anos comandante da Guarda Nacional de Bagé e da Guarnição da Fronteira. Sua família, por fim, em razão do ativismo político contra o Partido Republicano Rio-Grandense, se tornou alvo de Júlio de Castilhos, sendo seus componentes perseguidos e obrigados a emigrar para o Uruguai (TAVARES, 2004).



General Joca Tavares (primeira fileira, 3º da esquerda para a direita) e lideranças maragatas  
Fonte: MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS, 2024

Para o objetivo deste artigo, cumpre sublinhar o aspecto irregular, do ponto de vista militar, do comandante-em-chefe. Joca Tavares não fez carreira propriamente dentro do Exército Brasileiro, não sendo o que poderíamos chamar de militar profissional. Seu título de Brigadeiro Honorário foi conquistado por seus méritos enquanto combatente no Paraguai, e era basicamente honorífico. Ele não havia, por exemplo, comandado batalhão ou regimento regular do Exército, não tendo uma vida funcional típica de um oficial militar. Tratava-se de um homem de fronteira do Brasil meridional, forjado na defesa do território e que teve como *locus* principal de atuação a Guarda Nacional, a milícia civil criada ao tempo do Império e que tinha uma de suas funções ser a força auxiliar ao Exército Brasileiro em momentos de necessidade. A “carreira militar” do general, nesse sentido, se dá no âmbito da Guarda Nacional e dos corpos provisórios criados e mantidos para combater os inimigos da região do Prata. Saliente-se, por fim, que Joca Tavares à época da Revolução não comandava qualquer estrutura do Exército ou da Guarda Nacional porque, ao tornar-se inimigo de Júlio de Castilhos, foi retirado de qualquer comando isso, obviamente, não o impediu de conseguir mobilizar homens para ombrearem na guerra contra o castilhismo ao seu lado.

Havia, entre os federalistas, um reconhecimento da liderança natural de Joca Tavares como o comandante-em-chefe da Revolução, sentimento compartilhado também por Gaspar Silveira Martins,

o líder civil da revolta e exilado no Uruguai. Não havia, naquele primeiro momento, qualquer contestação à nomeação do general para o comando militar supremo. Sem superiores na cadeia de comando, e com total apoio dos coronéis abaixo, inexistiu um documento legitimando a nomeação de Joca Tavares como comandante; ele simplesmente, pelas forças das circunstâncias, passa a assinar as correspondências de guerra como o general comandante do Exército Libertador.

Na sua primeira ordem do dia, o general Joca Tavares foca no tema da ordem e disciplina dentro do Exército Libertador. Ele escreve que todas as forças revolucionárias, “têm de, rigorosamente, observar as ordens superiores, cumprindo-as com a prontidão militarmente exigidas para o bom andamento das operações” (TAVARES; TAVARES, 2004, p. 18). Além disso, determina que:

Aos Srs. Comandantes de Divisão, Corpos e Esquadrões compete fazer respeitar os direitos individuais e de propriedade de nacionais e estrangeiros domiciliados no Estado ou fora dele, manter a ordem nas forças dos seus respectivos comandos e fazer punir com severidade aqueles de seus comandos que, esquecidos destas recomendações, ofenderem direitos ou praticarem atos que causem descrédito às forças em operação. (TAVARES; TAVARES, 2004, p. 18)

A preocupação é precisamente com a hierarquia e disciplina dentro do Exército Revolucionário, princípios militares básicos, e a punição a suas eventuais transgressões. Chama-se à responsabilidade os comandantes das forças, realizando a necessária distinção entre o comando e a execução, entre oficiais e soldados, atores que cumprem funções diferentes no campo de batalha. Para Corvisier (1999, p. 51), espera-se dos oficiais, e menos dos soldados, um maior autocontrole para “evitar toda violência inútil”. Homens com patente mais elevada, e com responsabilidade de comando, seriam então mais contidos em seus impulsos e instintos. “As regras da guerra são dirigidas em primeiro lugar aos oficiais. Isso é mesmo da ética militar”, escreveu Corvisier (1999, p. 51). Entra em cena a instrução militar como meio para conter atos contrários à moralidade e humanidade de um determinado período histórico, tendo ela a capacidade de “inculcar um comportamento novo, que refreie a violência gratuita e inútil” (CORVISIER, 1999, p. 51). A preocupação de Joca Tavares era a de que o Exército agisse como uma força “libertadora” e não liberticida e desrespeitosa à vida e às propriedades dos gaúchos.

Os revolucionários com patentes de coronel e tenente-coronel, que em geral eram os comandantes dos grupos que formavam o Exército Libertador, pertenciam, em sua maioria, aos quadros da Guarda Nacional. Muitos deles haviam perdido formalmente os comandos dos corpos nas comarcas e as suas cartas patentes (muitas delas cuja nomeação datava do Império), porque os castilhistas substituíram desses postos os inimigos federalistas e dissidentes republicanos, colocando em seus lugares homens leais à República positivista. Isso significa dizer que o Exército Revolucionário não foi inicialmente formado a partir de indivíduos sem instrução militar e desconhecedores dos códigos de ética ou de tática e estratégia. Mais que isso, compor a Guarda Nacional, principalmente como um oficial superior (coronel, tenente-coronel, major e capitão), colocava o miliciano como parte integrante da elite socioeconômica do seu município, uma vez que devia-se pagar um selo cujo valor era crescente na exata importância da patente.



Gumercindo Saraiva, por exemplo, era tenente-coronel da Guarda Nacional de Santa Vitória do Palmar, além de ex-delegado de polícia (DORNELLES, 1988). Marcelino Pina de Albuquerque era major fiscal do 37º corpo de cavalaria da Guarda Nacional de São Gabriel (A FEDERAÇÃO, 26-06-1885); David Manoel da Silva era tenente-coronel da Guarda Nacional da comarca de Santana do Livramento (A FEDERAÇÃO, 30-04-1891). Já David Martins era coronel da milícia e chefe político de Quaraí (A FEDERAÇÃO, 27-02-1892). Todas essas lideranças eram tratadas, no momento inicial da Revolução, como “coronéis”.

Em meados de março de 1893, o Exército Libertador, com a junção de diversas forças subordinadas a mais de dezena de coronéis federalistas, estava organizado em dois grandes contingentes. O primeiro era aquele liderado por seu próprio comandante-em-chefe, o general Joca Tavares. O outro era a chamada 1ª Divisão do Exército Revolucionário entregue a um coronel, Prestes Guimarães, maragato de Passo Fundo, originalmente um major da Guarda Nacional, cuja ordem era operar sobre a região do norte, e caso aí já não fosse preciso, passar à região serrana” (TAVARES; TAVARES, 2004, p. 24). Uma Divisão, em um exército regular e permanente, é uma grande unidade militar que compreende alguns regimentos ou brigadas, e usualmente comandada por um oficial general. No caso dos maragatos, não havia um general a ser nomeado para a função naquele momento.

A Divisão, por sua vez, foi organizada em brigadas. Identificou-se ao menos duas formadas e comandadas por veteranos do Paraguai (O ESTADO (SC), 03-05-1893). Para a chefia da 1ª brigada foi nomeado o coronel Maneco Machado, e a 2ª era comandada pelo coronel Marcelino Pina (TAVARES; TAVARES, 2004, p. 25 e p. 29). As brigadas do Exército Libertador seriam comandadas, preferencialmente, por um coronel revolucionário.

Em março o coronel Luiz Alves Leite de Oliveira, comandante do 6º batalhão de infantaria do Exército Brasileiro, sediado em Uruguaiana, adere ao movimento revolucionário. Em carta datada do dia 19, enviada ao presidente da República e publicada pelos principais jornais do país, o militar informa sua decisão a Floriano Peixoto:

Coronel do exército e até hoje ao serviço da nação, perante a justiça e magnitude da causa pela qual batem-se meus conterrâneos, abandono esse posto honroso sem medir as consequências, e corro pressuroso a lutar nas fileiras do exército libertador do Rio Grande do Sul, sob o comando do denodado general João Nunes da Silva Tavares. (O ESTADO (SC), 02-05-1893)

O problema do coronel Salgado não era com Floriano, mas sim com aquilo que ele chama de “tirania” do governo Júlio de Castilhos, colocando-se frontalmente contrário à utilização do Exército Brasileiro para combater seus “irmãos” gaúchos. Sua deserção significará um ganho para a Revolução, sobretudo porque se tratava de um militar de carreira, experiente, comandante de um batalhão e com capacidade para arregimentar mais contingentes de homens, e também para assumir o comando do Exército Libertador, ainda em formação. Conforme destacou Escobar (1988, p. 111), a presença de Salgado “era umas das esperanças da revolução”, salientando, ao mesmo tempo que sua atitude de assumir “o comando da divisão só depois de receber o armamento desse lugar a censuras e comentários”. Ao deixar para trás sua carreira militar, Salgado irá realizar um “ato de civismo”,

segundo Francisco Tavares (01-06-1893), ao despir-se da farda e vestir a indumentária “de gaúcho defensor das liberdades pátrias”

O general Joca Tavares irá nomear o coronel Salgado como comandante da 1ª Divisão do Exército, e a partir daí passa a receber as honras de general (TAVARES; TAVARES, 2004; ESCOBAR, 1988). Em carta enviada ao general no dia 11 de abril de 1893, Salgado escreveu que “assumindo essa posição, julgo da necessidade de considerar a divisão como 2º Corpo do Exército, por estar ela com um pessoal maior de 3.000 homens, dividindo-o em duas divisões e em 5 brigadas”, necessitando, “para uma e outra coisa”, “da autorização” de Joca (SALGADO, 11-04-1893, s/p). Classicamente, um conjunto de Divisões pode formar um Corpo de Exército, sendo essa a sugestão do coronel. Note-se que transparece aqui o pensamento de Salgado enquanto militar, buscando organizar o Exército Libertador aos moldes tradicionais dos exércitos permanentes.

A organização proposta por Salgado é acolhida pelo general Tavares e em maio de 1893 registra-se a existência de dois Corpos do Exército Libertador: o 1º Corpo, comandado pelo general Joca Tavares, e com operação predominante no Sul e na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, e o 2º Corpo sob o comando do general Salgado, também chamado de Exército do Norte por ter o objetivo de levar a Revolução para essa região do estado (TAVARES; TAVARES, 2004, p. 34). O Exército Libertador passa então a ter em sua configuração corpos, divisões e brigadas.

No final de maio (25), Gumercindo Saraiva, o mais conhecido dos revolucionários, é promovido de coronel para general, passando a comandar, por ordem de Joca Tavares, “uma divisão de mil e cem homens, dos mais bem montados e vestidos” (TAVARES; TAVARES, 2004, p. 38). Havia, então, três generais revolucionários na primeira fase da guerra. Meses depois, em novembro de 1893, o comandante-em-chefe proclama outros dois coronéis para o generalato: Marcelino Pina passa a comandar “uma divisão de mil homens” e David Martins assume a chefia da chamada “coluna Santana”, que operava na região de Livramento (TAVARES; TAVARES, 2004, p. 67-69). No final do mês, o general David já aparece como comandante do 4º Corpo do Exército Libertador operando na fronteira de Bagé, a ele subordinadas a 1ª brigada do coronel Ulisses Reverbel, a 2ª brigada do coronel David Manoel da Silva e a 3ª sob a chefia de Manoel Machado Soares (TAVARES; TAVARES, 2004, p. 73).

## O caminho da dissolução

Maio de 1893 foi um mês decisivo para os maragatos, demarcando o final da primeira fase da Revolução Federalista. Em seu diário de campanha, Prestes Guimarães (1987) narra que na manhã do dia 13 daquele mês, na linha da fronteira com o Uruguai, realizou-se uma reunião com todos os comandantes do Exército Libertador. O objetivo era tomar uma decisão sobre uma eventual dissolução das forças. Essa ideia foi apresentada pelo general Salgado que, conforme registrou o coronel Prestes Guimarães (1987, p. 86), fez a exposição da “crítica situação em que se acha a força revolucionária”. Os oficiais, nesse sentido, seriam ouvidos e deliberariam sobre se a Revolução teria prosseguimento ou se seria realizada uma nova emigração para Uruguai e Argentina.

A “ideia da dissolução” foi, de pronto, rechaçada por alguns oficiais que se manifestaram, tais como o dr. Saturnino Epaminondas de Arruda, advogado formado pela Academia de Direito de São Paulo e federalista de Pelotas, tenente-coronel Estácio de Azambuja, de Bagé e para quem “o prosseguimento da revolução era um dever sagrado” (PRESTES GUIMARÃES, 1987, p. 86), e também pelo coronel Gumercindo Saraiva (ESCOBAR, 1988). E por unanimidade foi “banida a ideia da dissolução das forças, as quais têm bastante abnegação para os maiores sacrifícios”, registrou Prestes Guimarães (1987, p. 86).

É importante notar que a ideia de dissolução das forças revolucionárias e, portanto, do próprio Exército Libertador, provém de um oficial do Exército, sendo, ao mesmo tempo, rechaçada pelos demais comandantes sem carreira na instituição, aqueles que chamamos aqui de irregulares. Salgado, que assumira o 2º Corpo fazia apenas algumas semanas, não percebia condições de continuar a campanha militar da maneira como ela tinha sido até então. Assistia razão ao general quando ele radiografava uma situação crítica do dispositivo militar dos revolucionários, sendo que as dificuldades e ineficiências eram muitas.

No diário de campanha de Prestes Guimarães, assim como nos registros dos irmãos Tavares, abundam os problemas logísticos que acometiam os maragatos desde o primeiro dia da invasão. Se por um lado havia uma superioridade numérica dos revolucionários, havia escassez de armas, de munições, de cavalos e de fardamento, principalmente para os soldados, e também de dinheiro, “o nervo da guerra”, na acepção dada por Escobar (1988, p. 91).

Os 5.000 homens que realizaram a invasão e se agruparam para formar o Exército Libertador “não dispunham de mais de 700 armas, 600 espadas, talvez 2.000 lanças e algumas armas de uso ordinário da vida comonês” (ESCOBAR, 1988, p. 93). Do contingente de Gumercindo, apenas ¼ estava armado com espingardas (BELTRÃO, 2022). No dia 23 de fevereiro, quando os federalistas entraram na cidade de Dom Pedrito, após os republicanos terem hasteado a bandeira branca, Tavares (2004, p. 100) escreveu em seu diário que o Exército naquela ocasião era composto de 2.500 homens, porém que “leva apenas 240 armas”, já com as saqueadas da guarnição da cidade. No dia 06 de março, quando se formava o cerco à cidade de Santana do Livramento, Tavares (2004, p. 102) exclamava em seu diário: “E o armamento que não chega!”. Em 27 de março, no combate da Jararaca, em que os federalistas venceram 1.600 republicanos, Prestes Guimarães (1987, p. 64) escreve em seu diário que “a força libertadora compunha-se de mais de dois mil homens, dos quais grande parte não entrou em combate, por desarmada”. E em meados de maio Tavares (2004, p. 110) segue escrevendo sobre os problemas de armas e munições, destacando que a coluna sob o comando do general Salgado “estava desarmada e desmuniçada!”.

Além das dificuldades com armas e munições, havia o problema da falta de roupas. Em seu diário, Francisco da Silva Tavares (2004) no dia 06 de fevereiro, no início da invasão, faz anotações importantes sobre esse aspecto da guerra. Na manhã deste dia, estando na região de Melo, no Uruguai, uma das principais bases dos emigrados gaúchos no país vizinho, Tavares (2004, p. 95) despachou um telegrama cifrado a Gaspar Silveira Martins em que dizia que após uma reunião com os “chefes militares”, estes “reclamam roupa para a gente que está nua e cavalos”. Ele coloca-se à disposição para contratar a compra de roupas e de cavalos, mas para isso necessitava de “pelo menos” dois mil

pesos. Silveira Martins, que era o responsável de organizar o financiamento das atividades revolucionárias, respondeu o telegrama nos seguintes termos: “Não sobram recursos para isso”. “Começamos mal”, conclui Tavares (2004, p. 96) em seu diário. A 30 de maio, com o inverno se aproximando, em novo telegrama a Gaspar, o irmão do general Joca Tavares apelava: “mande urgência ponchos” (TAVARES, 2004, p. 113).

A falta de roupas acabou sendo extremamente prejudicial para o Exército Libertador, pois resultou em deserções. “Temo que debande parte de nossa gente, nua como está!”, desabafou Francisco Tavares (2004, p. 111) em seu diário no dia 21 de maio. As deserções, na verdade, já estavam acontecendo com maior intensidade desde o início do mês. Desertar, aqui, significava retornar para segurança em território uruguaio, onde os castilhistas não poderiam entrar e perseguir os revolucionários. No dia 12 de maio, por exemplo, um dia antes de Salgado propor a dissolução do Exército Libertador, Prestes Guimarães (1987, p. 85) anotou em seu diário que durante a noite aconteceu “a retirada oculta de vários oficiais e praças” para o Uruguai, dentre os quais um coronel e inclusive oficiais do estado-maior do 2º Corpo do general Salgado. Conforme Tavares (2004, p. 112), em razão de o Exército estar “completamente nu”, “as forças de Salgado têm debandado em sua maior parte, que ele terá, quando muito, 700 homens”. Agora se compreende melhor o que o general quis dizer com “a crítica situação” da força revolucionária. Em carta enviada a Salgado em 28 de maio, Francisco Tavares (2004, p. 112) irá reafirmar seu pensamento segundo o qual “a falta de armas supre-se pela estratégia, mas a nudez da estação rigorosa que estamos atravessando, ninguém resiste”. No dia 30 de maio registra-se que em razão do “estado de nudez” das tropas, “alguns homens” morreram congelados em Jaguarão e região da Costa da Mina (TAVARES; TAVARES, 2004, p. 40).

Representativa da situação insustentável do Exército Libertador é a carta escrita pelo general Salgado ao general Joca Tavares e datada de 29 de maio. A missiva expõe a dura realidade dos revolucionários, sem que houvesse mais qualquer condição de prosseguimento da revolta naquelas condições tão desfavoráveis. O ex-comandante do 6º de infantaria avisa o general Joca de que na hipótese do 2º Corpo ser atacado “por qualquer das três colunas inimigas”, restaria apenas “uma insignificante resistência de nossa parte” e “uma e única solução”, a saber:

a de emigrarmos para o Estado vizinho – por achar-se o Exército Libertador completamente desfalcado em seu pessoal, não dispondo sequer de mil homens e, ainda mais, estando a força de meu comando sem cavalos – solução que importará em grave desastre para a Revolução. (SALGADO, 29-05-1893, s/p)

Salgado reconhece aqui a completa falência do Corpo de Exército sob seu comando, sem condições de estabelecer qualquer atitude defensiva e muito menos ofensiva - relembre-se que ele já advogava pela dissolução das forças desde os primeiros dias de maio. Na correspondência ele também comunica o seguinte ao general Tavares: “tenho resolvido ir conferenciar com o Chefe da Revolução, o sr. Conselheiro Gaspar Silveira Martins” (SALGADO, 29-05-1893, s/p). Isso significava que ele deixaria o Rio Grande do Sul e se deslocaria até o Uruguai, onde estava exilado Silveira Martins com o seguinte propósito: “a fim de que providências prontas sejam tomadas no sentido de me serem

fornecidos os meios para que o 2o Corpo do Exército possa seguir para o interior do Estado”. Ele deixava, em seu lugar no comando do Corpo, o coronel Prestes Guimarães. Salgado, na prática, também emigrara, deixando claro que não havia futuro na Revolução.

No dia 30 de maio, acampado no Arroio da Mina, em Aceguá, na linha divisória com o Uruguai, Joca Tavares “convocou um conselho de oficiais superiores” para decidir sobre o futuro imediato do Exército Libertador (TAVARES; TAVARES, 2004, p. 39). O general apresentou a situação melindrosa em que se encontravam, o posicionamento e organização das forças republicanas e “propôs licenciarse à força, obrigando-se ele, General, a guardar todo o armamento, o que foi aceito”. Tratava-se da dissolução de grande parte do Exército Libertador, ideia desta vez aceita por Estácio Azambuja, que rejeitara essa mesma ideia apresentada no dia 13 de maio por Salgado, e por Prestes Guimarães, que recém assumira o comando do 2º Corpo. Ressalte-se que no dia 25 de maio Joca Tavares já se preparava para dissolver o Exército, deixando apenas em operação uma força de Gumercindo Saraiva, naquele dia promovido a general, e cuja função seria manter acesa a chama revolucionária e operar pela região central do Rio Grande do Sul durante o inverno (TAVARES; TAVARES, 2004, p. 39).

A emigração foi, nas palavras de Escobar (1988, p. 129), um acontecimento “delirantemente festejado pelo Partido Republicano Rio-grandense”, como se representasse uma vitória definitiva sobre os maragatos. No dia 06 de junho, por exemplo, o senador Pinheiro Machado, um dos comandantes da Divisão do Norte, o dispositivo militar castilhistas, e Fernando Abbott, estando em Aceguá, transmitiram da estação de Bagé um telegrama a Júlio de Castilhos nos seguintes termos: “Revolução terminada. Ontem Tavares emigrou com suas forças, sendo desarmado pelas autoridades orientais. Viva a República!” (A FEDERAÇÃO, 07-06-1893).

Júlio de Castilhos, depois disso, enviou um telegrama às principais lideranças civis e militares republicanas da fronteira em que dizia estar “informado que emigrados dessa fronteira desejam voltar ao nosso país, não o tendo feito ainda por temerem perseguições” (AF, 10-06-1893). Diante disso, ele autorizava os castilhistas “a oferecer as mais amplas garantias a todos”, ou seja, que não seriam perseguidos. “Não permitiremos a menor tropelia a qualquer cidadão que pacificamente regresse aos seus lares”, escreveu. Obviamente que nenhum dos revolucionários acreditava na disposição do presidente de esquecer “magnanimamente os erros do passado” e abandonar “para sempre os processos violentos e bárbaros da guerra entre irmãos”.

Na realidade a emigração, com correspondente desarmamento dos revolucionários, e consumada nos primeiros dias de junho, finaliza apenas a primeira fase da Revolução Federalista. O Exército Libertador já não estava mais ativo em território gaúcho, a não ser a coluna do general Gumercindo Saraiva. Conforme Reverbel (1985, p. 64), no Uruguai os revolucionários liderados por Tavares e Salgado “seriam reorganizados e reequipados, para futura invasão, em melhor oportunidade e em melhores condições”. Uma segunda invasão dos maragatos ocorreria no mês de agosto (FLORES; FLORES, 2016), com o retorno à atividade do Exército Revolucionário comandado pelos três generais.



## Considerações finais

O artigo buscou investigar a formação e a dissolução do Exército Libertador durante a primeira fase da Revolução Federalista de 1893. Este foi o dispositivo militar estruturado pelos maragatos para combater a ditadura republicana de Júlio de Castilhos.

A investigação revelou que a formação dessa organização irregular foi realizada por lideranças revolucionárias com atuação na linha divisória entre o território do Rio Grande do Sul e do Uruguai, dentre os quais o general Joca Tavares, o comandante-em-chefe do dispositivo, e Gumercindo Saraiva, o mais famoso dos maragatos. Tratavam-se de homens proprietários, estancieiros, historicamente ligados à Guarda Nacional e muitos veteranos da Guerra do Paraguai. Essas lideranças possuíam capacidade de mobilização de agregados e peões para a guerra, que se tornaram a massa de soldados do Exército Libertador.

O Exército maragato inicialmente é formado a partir da junção de diversas forças de coronéis revolucionários que invadiram o território gaúcho em fevereiro de 1893, demarcando o início da Revolução. Os generais, vale destacar, eram escassos. Ao longo do texto mostrou-se o esforço de organização do dispositivo, buscando conferir a ele algumas características de um exército regular, tais como hierarquia entre patentes e disciplina e ordem entre os múltiplos grupos que o compunham.

O Exército Libertador, no entanto, não se mostrou sustentável ao longo do tempo, tendo sido praticamente dissolvido ao final de maio de 1893. A dissolução, com conseqüente emigração dos revolucionários e de suas tropas para o Uruguai e Argentina, tornou-se uma necessidade em razão de fatores logísticos tais como a falta de armamentos e munições, cavalos e vestuário para enfrentar o inverno gaúcho. Diante de tantas dificuldades as deserções passaram a ser extremamente altas, fragilizando o dispositivo. Não houve outra alternativa a não ser a decisão, por parte dos generais e coronéis, da desmobilização do Exército Libertador com o objetivo de reorganização para uma futura nova invasão do Rio Grande do Sul e retomada da Revolução. Apenas o grupo do general Gumercindo Saraiva permaneceu em atividade, responsável por manter acesa a chama revolucionária.

Essa dissolução das forças revolucionárias, com a emigração e desarmamento das principais lideranças, foi celebrada pelo Partido Republicano Rio-Grandense e interpretada como uma vitória definitiva contra os maragatos. Em agosto de 1893, no entanto, haveria uma segunda invasão com a reativação do Exército Libertador e que conflagraria não apenas o Rio Grande do Sul, mas também Santa Catarina e o Paraná.

## Referências

- ANDRADE, Gustavo Figueira. A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, 2017.
- ANDRADE, Gustavo Figueira. Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria, 2021.
- BELTRÃO, Apio Claudio. Guerra Civil de 1893-1895: Recontros Memoráveis. Porto Alegre: Edigal, 2022.
- BISCHOFF, Alvaro Walmrath. João Nunes da Silva Tavares (Joca). In: TAVARES, Francisco da Silva; TAVARES, General Joca. Diário da Revolução de 1893. Organização de Coralio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seelig. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004, Tomo II, p. 9-11.
- BORMANN, General José Bernardino. Dias Fratricidas: Memórias da Revolução Federalistas no Estado do Paraná. Curitiba: Typografia da Livraria Economica, 1906, Volume III.
- CHASTEEN, John. Fronteira Rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos. Porto Alegre: Movimento, 2003.
- CORVISIER, André. A guerra: ensaios históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- COUTINHO, Albino José Ferreira. Marcha da Divisão do Norte. Porto Alegre: Edigal, 2011.
- DAMIN, Cláudio Júnior. 1893, Sangue na Lagoa Vermelha: episódios da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: Porto Alegre: Martins Livreiro, 2023.
- DORNELLES, Sejanos. Gumersindo Saraiva: o guerrilheiro pampeano: Caxias do Sul: EDUCS, 1988.
- DOURADO, Ângelo. Voluntários do Martírio: narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2020.
- ESCOBAR, Wenceslau. Apontamentos para a história da revolução rio-grandense. Brasília: UNB, 1988.
- FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- FILHO, Arthur Ferreira. História Geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Globo, 1974.
- FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hubner. Revolução Federalista. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2016.
- FONSECA, Manuel. Gumersindo Saraiva: el general de la libertad. Montevideo: Florensa & Lafon, 1957.

- FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre: Edigal, 2013.
- GALULA, David. Counterinsurgency warfare: theory and practice. Greenwood Publishing Group, 2006.
- GRABOWSKI, Francisco. Memória da Revolução Brasileira dos Anos de 1893-94. In: Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, 1971, Volume V.
- LIMA, José Carvalho. Narrativas Militares: A Revolução do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edigal, 2014.
- MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS. Maragatos. Coleção iconográfica do Museu de História Júlio de Castilhos. 2024. Disponível em: <https://acervos.museujulio.rs.gov.br/colecao-iconografica/maragatos>. Acesso em: 28 de agosto de 2024.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Pecuária e indústria; formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha do século XIX. Porto alegre: Movimento, 1986.
- PILAR, Fabrício. Memórias da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2021.
- PRESTES GUIMARÃES, Antônio Ferreira. A Revolução Federalista em Cima da Serra (1892-1895): Anexo-Diário de Campanha. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.
- REVERBEL, Carlos. Maragatos e Pica-Paus. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- ROCHA, S.S. 1894: Lama Vermelha. São Paulo: Scortecci, 2016.
- RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. Castilhismo: uma filosofia da República. Brasília: Editora do Senado, 2000.
- SALGADO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Carta de Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado para General João Nunes da Silva Tavares. 29 de maio de 1893. Arquivo Público de Bagé. Disponível em: <https://arquivopublicobage.com.br/>. Acesso em 02-06-2024.
- SALGADO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Carta de Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado para General João Nunes da Silva Tavares. 11 de abril de 1893. Arquivo Público de Bagé. Disponível em: <https://arquivopublicobage.com.br/>. Acesso em 29-05-2024.
- SEVERO, Torquato. Carta de Torquato Severo para Fortunato. 17 de fevereiro de 1893. Arquivo Público de Bagé. Disponível em: <https://arquivopublicobage.com.br/>. Acesso em 29-05-2024.
- SIMÕES, Moacir Almeida. História da Brigada Militar. Porto Alegre: Polost/APESP, 2002.
- TAVARES, Francisco da Silva. Carta de Francisco da Silva Tavares para General João Nunes da Silva Tavares ou Zeca Tavares. 1º de junho de 1893. Arquivo Público de Bagé. Disponível em: <https://arquivopublicobage.com.br/>. Acesso em 02-06-2024.
- TAVARES, Francisco da Silva. Diário da Revolução de 1893. Organização de Coralio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seelig. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004, Tomo I.

---

TAVARES, Francisco da Silva; TAVARES, General Joca. Diário da Revolução de 1893. Organização de Coralio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seelig. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004, Tomo II.

## Jornais consultados

A Federação (RS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Coleção disponível em:  
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

Jornal do Commercio (RJ). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Coleção disponível em:  
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

Estado (SC). Desterro, Santa Catarina. Coleção disponível em:  
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

O Paiz (RJ). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Coleção disponível em:  
<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.